

POVOS INDÍGENAS & COMUNICAÇÃO NA(S) AMAZÔNIA(S)¹

JANE FELIPE BELTRÃO²

UFPA, BRASIL

JIMENA FELIPE BELTRÃO³

MPEG, BRASIL

RESUMO: *Como se processa a comunicação sobre povos indígenas na(s) Amazônia(s)? Há espaço dentro dos fluxos comunicacionais para indígenas e quilombolas comunicarem “aos outros” ou “entre os demais” assuntos de interesse de seus coletivos? É possível encontrar práticas interculturais na comunicação? As perguntas sobre o tema são infinitas. Trabalho a partir da experiência que, como antropóloga situada, reflito sobre o assunto, considerando as formas de comunicar memórias e conflitos que envolvem povos indígenas na(s) Amazônia(s) marcadas pelo racismo e pela assimetria das relações de poder que forja quem são as autoridades a serem ouvidas.*

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia(s); Povos Indígenas; Memória; Conflitos; Comunicação.

ABSTRACT: *How does communication between indigenous peoples in the Amazon region(s)? Is there a place within the communication flows for indigenous and quilombola peoples to communicate “to others” or “among other” subjects which are of interest to their own groups? Can intercultural practices be found in communication? The questions on the subject are boundless. As an anthropologist located within this milieu, my work reflects on this subject, considering the ways of communicating memories and conflicts involving indigenous people and in (the) Amazonia(s) which are marked by racism and the asymmetry of power relations which establish the authorities who are to be heard.*

KEYWORDS: Amazonia(s); Indigenous peoples; Memory; Conflicts; Communication.

¹ A primeira versão do trabalho foi apresentada à mesa redonda, denominada: *Povos indígenas e populações tradicionais nos cenários de comunicação da Amazônia contemporânea*, por ocasião do II Ciclo Amazônia, no 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom 2019, cujo tema reportou-se aos *Fluxos Comunicacionais e Crise da Democracia*, realizado em Belém-Pará-Brasil.

² Antropóloga, historiadora, professora titular, docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém - Pará. Docente colaboradora do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande/MS. Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 1C. E-mail: janebeltrao@gmail.com

³ Jornalista e analista de ciência e tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em Belém – Pará. E-mail: jimenafelipebeltrao@gmail.com

Incorreções do politicamente correto

Não são poucas as pessoas e os/as profissionais que consideram a necessidade de ser “politicamente correto” como exigência que deixou as nossas vidas demasiadamente “sem graça”. As exigências do uso de linguagem adequada aos tempos de respeito à diversidade, do ponto de vista da Antropologia que se pratica, é estatuto primordial. Temos conosco uma tese, que passaremos a explicitar. Aquelas pessoas que debocham e mesmo escracham condutas inadequadas, talvez, jamais em suas vidas sofreram *bullying*, que conhecemos, desde de tempos recuados, em bom *paraensês* como *encarnação*, denominação razoavelmente amena às humilhações às quais pessoas são submetidas. As humilhações podem ser por: identidade de gênero, orientação sexual, diversidade étnico racial e muitas outras. A conversa sobre o assunto é longa, mas no momento se atem ao que eufemisticamente se chama de “não respeito de ordem étnico racial” que incide sobre os povos indígenas, o qual se identifica como racismo.

Racismo, diferente do que se diz, não está ausente do Brasil. Todos os dias os veículos de comunicação denunciam ou praticam caso de racismo à brasileira que, em geral, são ações e práticas cruéis e discriminatórias. Cruéis pelas marcas que produzem nas vítimas e discriminatórias porque afastam as pessoas indígenas do convívio social, fatos que podem ter consequências funestas, mesmo que a resistência política de grupo se faça presente. A reação da vítima de racismo pode ser política, mas ele fere indelevelmente a pessoa ofendida.

Por que somos racistas? Evidentemente, porque pessoas nascidas e criadas em uma sociedade racista, têm a cabeça moldada pelas vendas que o colonialismo se encarregou de colocar nos olhos de cada um/a de nós, inclusive em pessoas indígenas. A cabeça das pessoas, quaisquer que sejam elas, paga tributo ao colonialismo.

Faremos desfilar diante de vocês algumas expressões ou ditos populares que comprovam o que se afirma. Vamos a eles: “caboquice”, expressão regional que ofende amazônidas; “caixa preta”, “lista negra”, “a coisa tá preta”, “nuvem negra”, entre tantas outras, as quais estão sempre relacionadas a fatos negativos. Sabemos nós que a caixa, por exemplo, é laranja, no caso de aeronaves, e me pergunto por que a lista não pode ser branca? Continuando, ao falar de uma comunicação ruim, dizemos que é do “tempo de fumaça de índio”; quando alguém nos toma por parvo, logo alguns reagem “tás pensando que sou índio”; no momento em que algo oferece obstáculos, informamos que é “coisa ou passeio de índio”. Poderia desfiar uma bem alentada coleção de pérolas racistas e ficaríamos a manhã inteira a conversar, entraríamos pela tarde em busca de exemplos e a conversa seria sem fim. A extensão das pérolas racistas alcança a literatura – poetas como Chico Buarque registram em seu cancionário frases racistas. Se o racismo está presente na sociedade brasileira, ele alcança os meios de comunicação. Não raras vezes, jornalistas e pessoas entrevistadas insistem em falar de “tribo”, em lugar de referirem povos indígenas como decidido pela Convenção N.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e adotado pelos movimentos

indígenas. Situações semelhantes podem ser encontradas em relação as pessoas quilombolas.

Muitas vezes, como Jane Beltrão trabalha há mais de 40 anos com questões étnico raciais, tornou-se pessoa a quem jornalistas chamam de “fonte” ou “referência” para determinados assuntos. Não raras vezes, chamada a conceder entrevistas ou a participar de debates acadêmicos ou não, dificilmente perco a oportunidade de falar sobre temas relacionados aos povos indígenas. Mas, se passa por momentos difíceis, de profunda irritação, pois como antropóloga sou “aliada das causas” de protagonistas indígenas e, jamais sentirei a discriminação com a qual se afastam parceiros/as de vida. Quando percebo que a demanda do veículo de comunicação implica em exclusão de pessoas étnica e racialmente diferenciadas, gentilmente recuso o convite. Jornalistas não necessariamente conhecem os protagonistas dos diversos eventos que são obrigados a cobrir, mas cremos que vale pensar que, “invisíveis” e “silenciados” têm sido historicamente as lideranças indígenas e quilombolas. Esse é um processo, cujas exceções – Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Cacique Raoni Metukticure – reforçam a regra do desconhecimento (voluntário ou não) de jornalistas. Observem também que, mesmo mulheres como Eliana Potiguar e Soninha Guajajara, apenas recentemente começaram a ser ouvidas. No passado, o deputado federal Mario Juruna e no presente Joênia Wapichana ganham destaque, mas por razão institucional, foram/são membros do Congresso Nacional.

Afinal, os povos indígenas a partir de lideranças tradicionais e de novas lideranças políticas, se expressam muito bem, basta que nós, não indígenas procuremos entender as novas nuances da língua portuguesa, cuja imensa contribuição dos povos e populações tradicionais, ainda não é acolhida. Falo do que denomino *indioquês*⁴ e do que Kalaf Epalanga, músico e escritor angolano denomina de *pretoguês*.⁵

Pela ótica jornalística

Conturbado relacionamento mantém jornalistas e fontes. A autoridade sobre o texto de uns e a autoridade sobre a informação prestada de outros podem refletir o cerne da questão (HALL *et al.*, 1978). Estudiosos do jornalismo que há muito se debruçam sobre o tema já estabeleceram parâmetros para o tratamento da informação prestada pelas fontes, primárias, para fins dessa discussão (GANS, 1980; SANTOS, 1997) e se reportam ao tema do relacionamento entre jornalistas e suas fontes, que, no entanto, padece de algumas (muitas) nuances que imprimem maior complexidade à arena na qual circulam as notícias.

⁴ Comunicação oral denominada *Ouso falar! As múltiplas vozes do protagonismo indígena que o Estado pensa "silenciar"* feita por ocasião da 23ª. Feira Pan-Amazônica do Livro e de Multivozes, dentro da perspectiva das *Vozes Indígenas e Originárias*, em 30 de agosto de 2019, na Arena Multivozes, em Belém-Pará-Brasil.

⁵ A respeito do *pretoguês*, conferir: Epalanga, Kalaf. 2019. “Kalaf Epalanga, o estrangeiro que conquistou o mundo” (Entrevista) *In El Pais*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/cultura/1563556477_583342.html#?sma=newsletter_brasil20190817. Acesso em: 17.ago.2019.

O tempo do jornalismo é uma dessas nuances. Em questões de emergência em geral relativas à saúde, o tempo é crucial para o esclarecimento da sociedade sobre os perigos que a ameaçam e cuidados, bem como eventuais soluções para as doenças, casos clássicos são o das epidemias e dos desastres naturais.

Interesses diversos e fontes, em geral organizações,⁶ que dominam estratégias de comunicação jornalística motivam a definição de pautas (*agenda-setting*) (McCOMBS e SHAW, 2000). De temas políticos e econômicos a questões relativas ao meio ambiente, aos direitos humanos, se transformam em mote para a geração de pautas jornalísticas por parte grupos sociais, organizações de diversas naturezas e mesmo indivíduos.

O vínculo dos meios de comunicação seja de caráter econômico seja de coloração política também são definidores das relações que se estabelecem entre os profissionais que para esses grupos trabalham e as fontes que constam de seus textos.

Ainda que se possa argumentar pela independência dos jornalistas e suas condutas profissionais que lhes assegura o uso de informações de uma diversidade de fontes, é inegável que as empresas exercem um papel regulador nas relações, posto que elegem a quem dar voz: editores, por exemplo, funcionam com o *gatekeepers* (DONOHUE *et al.*, 1972) tanto de pautas como de fontes.

É claro que assuntos emergem à pauta jornalística por razões diversas, mas sempre é possível identificar quem os promove (MOLOTCH e LESTER, 1974). São inúmeras as formas de classificar as fontes⁷. De acordo com Pinto (2000), o campo é vasto e extrapola as discussões sobre a polarização das relações entre jornalistas e fontes. Seja para uma classificação sobre a oficialidade (SIGAL, 1973) muitas vezes associada à confiabilidade (LAGE, 2001) ou legitimidade e competência (CHAPARRO, 2009)⁸; seja numa tentativa de explorar vozes⁹ nem sempre ouvidas pelos meios, o que se propõe aqui é advogar por essas últimas, sem, no entanto, desconhecer as demais ou desfazer do trabalho jornalístico não para apenas defendê-lo, posto que indispensável,¹⁰ mas para explicá-lo na medida das amarras a que, na esmagadora maioria dos casos, está atado.¹¹

⁶ Particular destaque para as organizações não-governamentais de abrangência internacional como World Wide Fund for Nature (WWF) e Greenpeace, sem esquecer as nacionais como o Instituto Sócioambiental (ISA), que fazem uso do instrumental da comunicação para manter os temas do meio ambiente e das causas dos povos indígenas e das populações tradicionais na pauta jornalística.

⁷ Para um visão ordenada desse intrincado de classificações, recomenda-se a “Matriz das Fontes”, construída por Schmitz In <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acesso em: 10.set.2019. Para uma discussão da problemática, ver Lopes (2016) e sua proposta de taxonomia das fontes em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542016000500011. Acesso em: 10.set.2019.

⁸ Ver nota 1.

⁹ Os espaços alternativos de comunicação se multiplicaram como o advento da internet e das mídias sociais, fenômenos que são considerados, mas não se constituem em alvo deste texto.

¹⁰ Não cabe aqui explicar o porquê de o jornalismo ser instrumental no debate democrático e nas arenas públicas. Entende-se este elemento intrínseco ao jogo político.

¹¹ A discussão sobre os interesses de ordem econômica e política podem ser encontrados em uma gama de autores do campo da comunicação.

Numa provocação da autora principal desse texto, a antropóloga Jane Beltrão, aceitei contribuir e comentar a análise do caso da cobertura do *El País* sobre a violência amplificada no território amazônico em 2019 e publicada na forma de matéria intitulada *Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro*.

A partir de seu lugar¹² de pesquisadora e professora, é a antropóloga como outros de seus pares, fonte jornalística constituída na sua especialidade, na sua competência, pelo conhecimento acumulado, credenciais obtidas e reconhecidas socialmente como de peso e de respeito no universo do texto jornalístico. É referência, pois conhecida, e não há desdouro. Jornalistas, não necessariamente, conhecem os protagonistas que, a antropóloga com propriedade, indica são “invisíveis” e “silenciados” como o têm sido historicamente lideranças indígenas. Referências como ela são fundamentais e informam sobre a existência das lideranças, abrem caminhos, desbravam territórios para os que, na ignorância, ainda se encontram, caso esse de muitos os jornalistas.

O critério jornalístico, muitas vezes erroneamente aplicado, de destacar a autoridade (definida por quem?), é comum nos grandes meios e alvo de inúmeros estudos sobre fontes. Aqui as credenciais das fontes, reconhecidas socialmente e de maior uso e publicização nos meios (formação acadêmica, cargo, entre tantos outros).

Como sabido, exceções as há dentre as lideranças indígenas num quadro onde a norma está passando por transformações, duro, porém é o tempo de espera: com a eleição de representantes legislativos dentre os povos indígenas e a maior visibilidade de organizações de defesa dos direitos dessas e de outras povos e grupos silenciados a tendência é que o nível de ignorância (alegada ou não) diminua. A proliferação de canais de comunicação¹³ alternativos aos grandes meios de certo reduz, em parte, o dano causado pelo silêncio que, quando quebrado, o era (em parte ainda é) pela língua de não-indígenas.¹⁴

Histórias e diversas interpretações

É preciso refletir sobre o desempenho de indígenas e quilombolas e de que forma aparecem nos veículos de comunicação. Reconheço que avançamos muito nas formas de tratamento dispensadas pela mídia aos povos tradicionais, entretanto o ranço do desrespeito, ainda se faz presente, sobretudo porque a postura colonial permanece ativa.

¹² Os estudos oriundos da análise do discurso (AD) refletem sobre *o lugar de fala*, conceito aqui fundamental para entender o que diz a antropóloga e de onde o faz (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2000; VERON, 1980).

¹³ Cuidado, pois a fonte aqui é crucial senão vejamos o que acontece com as preferências da população jovem, de acordo com pesquisa publicada em <https://www.tecmundo.com.br/internet/145105-jovens-preferem-youtubers-canais-jornalisticos-fonte-informacoes.htm>. Acesso em: 10.set.2019.

¹⁴ Não se propõe esquecer de forma alguma o papel fundamental que as organizações como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o próprio Conselho Indigenista Missionário (CIMI) exerceram em tempos de autoritarismo declarado e depois durante a Assembleia Nacional Constituinte que produziu a Constituição vigente.

No meu dia-a-dia me dou conta que os mesmos estereótipos encontrados nos livros didáticos que se manuseia na escola básica e média se fazem presentes nas mídias. Assim sendo, como somos formados/as no mundo escolar que é racista, a probabilidade de reproduzir a representação aprendida nos bancos escolares é imensa. Alguém pode interrogar: como? Respondo, aprendemos que povos indígenas e quilombolas não são sujeitos sociais, ousou dizer que da forma como são retratados/as parecem mesmo não serem dotados de humanidade, exatamente porque reproduzimos a história imposta pelos/as colonizadores/as e, no caso da Amazônia, a situação é insustentável, pois quando nos livramos da visão colonial universal, enfrentamos o colonialismo interno que tenta manter dois Brasis como realidades apartadas. Os fatos que enumerei, a seguir, são massacrantes.

Poderia buscar fatos recuados, mas decidi mudar o rumo da prosa e trazer fatos recentes que estão inscritos em excelentes reportagens, razão pela qual analiso o *Caso Wajãpi* a partir de matérias, publicadas em El País. Felipe Betim em “Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro”, indica que:

[o] território Wajãpi fica próximo à divisa com o Pará e é lar 1.300 indígenas dessa etnia. Demarcado em 1996 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), abrange uma área de 6.000 quilômetros quadrados ricos em ouro, muito cobiçado por garimpeiros e mineradoras. Somente os indígenas possuem autorização para, de forma artesanal, explorar o ouro. Metade do território está dentro da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), que o Governo Michel Temer tentou extinguir em setembro de 2017 via decreto presidencial. A reserva abarca 4,6 milhões de hectares de floresta amazônica entre os Estados do Pará e Amapá e representa um empecilho para a atuação empresas mineradoras na região. (El País, 29.jul.2019, *sic.*)¹⁵

A notícia é favorável aos Wajãpi, entretanto penso ser grave alguns pequenos deslizos que, talvez, apenas a lente de especialista possa focalizar. Quando o jornalista afirma que “[m]etade do território está dentro da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), que o Governo Michel Temer tentou extinguir em setembro de 2017 via decreto presidencial.” Os Wajãpi estavam na área quando a Renca foi implementada. Deveria ser escrito diferente, pois informaria de maneira correta a ordem dos fatos: a instituição da Renca incide sobre mais de 50% sobre o território Wajãpi. Pode parecer a leitores/as uma filigrana, mas como redigido por Betim (2019) parece que os Wajãpi ocuparam a Renca. Pode ser um detalhe, mas faz diferença! Longe de ser detalhe, o jornalista não poderia ignorar o fato se tivesse procedido a indispensável

¹⁵ Cf. Betim, Felipe. 2019. “Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro” *In El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html. Acesso em: 29.jul.2019.

verificação dos dados hoje facilitada pela possibilidade das pesquisas utilizando os recursos da internet. Se por descuido ou descaso, com a omissão, o texto acaba por permitir uma defeituosa compreensão.

Em outro ponto do texto o autor informa: “[a] reserva abarca 4,6 milhões de hectares de floresta amazônica entre os Estados do Pará e Amapá e representa um empecilho para a atuação empresas mineradoras na região.” (Betim, 2019, *sic.*) A indicação da Renca como “empecilho para a atuação empresas mineradoras na região” é grave, pois segundo o jornalista: “[s]omente os indígenas possuem autorização para, de forma artesanal, explorar o ouro.” Um/a leitor/a menos informado/a, que de alguma forma todos/as somos, lerá “os indígenas impedem a mineração.” Empecilho se apresenta como a palavra chave de um juízo de valor inadmissível pois que assume a posição de interesses que devem se manter distantes do jornalismo. Ao profissional não se pode permitir que assumam pra si o argumento do outro. Isso leva à interpretações equivocadas distantes da verdade e se constitui, isso sim, em um desserviço posto que, reforça discursos e interesses contrários aos direitos indígenas garantidos pela lei maior da vida nacional, a sua Constituição.

Faltaram ao texto informações básicas sobre direitos indígenas, mesmo que fosse um *link*, como frequentemente se faz no jornalismo no mundo virtual. Os povos indígenas têm direito a demarcação de terras que tradicionalmente ocupam, segundo o Artigo nº. 231 da Constituição Federal de 1988 e, para colocar foco na Amazônia, os protagonistas possuem, também, ressaltados seus direitos na Constituição do Estado do Pará, em seu preâmbulo faz constar a explícita determinação de rejeição a “... todas as formas de colonialismo e opressão; almejando edificar uma sociedade justa e pluralista; buscando a igualdade econômica, política, cultural, jurídica e social entre todos.” (Pará, 1989) Portanto, aos *Wajãpi* estão assegurados direitos a sua terra.

O colonialismo a que alude o Preambulo constitucional – não existente no similar da CF/1988 – é o regime de poder instituído a partir da invasão do território de Abya Yala (o que hoje denominamos América Latina) pelos impérios espanhol (em 1492) e português (em 1500), e das conseqüentes relações de dominação, exploração e genocídio desencadeadas ao longo dos séculos de contato entre indígenas e não-indígenas. (Oliveira, Beltrão & Vieira, 2019)¹⁶

Permanecendo no Caso Wajãpi, vamos ao encontro das notícias sobre a invasão das terras por garimpeiros. Trago novamente um trecho da matéria de Betim.

¹⁶ Cf. Oliveira, Assis da Costa; Beltrão, Jane Felipe; & Vieira, Renata Carolina Corrêa. 2019. *Constituição do Pará, Povos indígenas e Protocolos de consulta*, a sair em breve, em publicação da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Pará, em obra alusiva aos 30 anos da Constituição do Estado do Pará, no prelo.

Indígenas da etnia Wajãpi denunciaram neste sábado [27.jul.2019] que um grupo de garimpeiros assassinou o cacique Emyra Wajãpi, de 68 anos, na última quarta-feira. A morte foi o início de um ataque à aldeia Mariry, que se concretizou depois entre sexta e sábado com a invasão de 50 garimpeiros no local, localizado no oeste do Amapá. A explicação foi dada ao EL PAÍS por Marina Amapari, ativista da causa indígena que está no município de Pedra Branca, onde fica o território Wajãpi. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) confirmou a morte e também está no local junto com as polícias Federal e Militar para "garantir a integridade dos indígenas e apuração dos fatos", afirmou em nota. O Ministério Público Federal (MPF) também está apurando a morte do cacique e as denúncias da invasão. (El País, 29.jul. 2019)

Uma vez mais, um pequeno resvalo, quem ocupa o território *Wajãpi* é o município de Pedra Branca e não o contrário. Alguém, sempre pode dizer, é um detalhe, mas juntando os detalhes que aponto no que analiso parece que o povo *Wajãpi* é intruso na região. E, a presença indígena no Brasil é mais antiga que a instalação de qualquer município. Aqui o problema reside na acuidade da notícia¹⁷, que advém da devida apuração, etapa precípua para a escrita jornalística. Isso hoje é injustificável, porque diferente do acesso que pode ser difícil a fontes primárias no coração da Amazônia brasileira, a verificação de informações e o necessário contexto para informações presentes no texto jornalístico estão ao alcance da mão através das máquinas de busca disponíveis para quem utiliza a internet.

Por outro lado, a informação, trazida a público, foi repassada por uma ativista – Marina Amapari – pergunto: será que uma pessoa *wajãpi* não poderia ser ouvida? Segundo, as matérias jornalísticas divulgadas, os protagonistas do evento gravaram diversos áudios, mas a conferência dos fatos não se deu junto as pessoas indígenas. Por que a palavra é concedida repetidamente a terceiros? As lideranças indígenas e parentes de *Emyrá Wajãpi* não podiam confirmar a morte? Como contraponto é necessário considerar a questão do acesso à(s) pessoa(s) (incluída a dificuldade da distância física, mas também do conhecimento de uma fonte dentre os Wajãpi). A ser considerada está a questão do tempo jornalístico, a pressa em não perder o *timing* da notícia e o “furo”, uma questão ainda mais presente dada a velocidade que as mídias digitais permitem.

Sobre as investigações, a jornalista Joana Oliveira escreveu para El País:

[a] Fundação Nacional do Índio (FUNAI) confirmou a morte de Emyra Wajãpi, que teria ocorrido entre segunda e terça-feira passadas, [22 ou 23.jul.2019] no próprio domingo e, em um documento interno obtido pela Folha de S. Paulo, concluía que "a presença de

¹⁷ Para a constituição da notícia, ver Schudson, 1998.

invasores é real e que o clima de tensão e exaltação na região é alto". Nesta segunda-feira, no entanto, a Funai retificou a nota dirigida à imprensa, referenciando o último relatório da PF em campo (registrado por volta das 23h do domingo), no qual os agentes afirmam "não haver nenhum indício, até o momento, da presença de grupo (s) armado (s) no local". De acordo com a equipe, "será feito um relatório pormenorizado, contendo até os pontos georreferenciados". Fontes da Funai informaram ao *El PAÍS* que a diferença narrativa entre os documentos deu-se porque "os relatos iniciais foram passados pelos indígenas", e a entidade "apenas veiculou a preocupação das comunidades. (Oliveira, 30.jul.2019)¹⁸

Alguns pequenos problemas se apresentam no destaque. Sobre "a presença de invasores é real e que o clima de tensão e exaltação na região é alto", parece ser óbvio, afinal ocorreu um assassinato, onde em geral esses crimes não ocorrem. Entretanto, uma semana, após o ocorrido, Oliveira (2019) constata que "os agentes [PF] afirmam "não haver nenhum indício, até o momento, da presença de grupo(s) armado(s) no local". Será que o tempo não foi "inimigo" da investigação? Parece que este obstáculo – o tempo – foi pouco considerado, e há contradição entre documentos e declarações. Exatamente porque, [d]e acordo com a equipe [da PF], "será feito um relatório pormenorizado, contendo até os pontos georreferenciados". Os pontos referenciados sugeridos que vêm à baila, uma semana depois, permitem supor que a investigação anterior não seguiu as normas prescritas? Não sabemos, nenhum pressuposto foi aventado.

E se registram, também, que "[fontes da Funai informaram ao *El País* que a diferença narrativa entre os documentos deu-se porque "os relatos iniciais foram passados pelos indígenas", e a entidade "apenas veiculou a preocupação das comunidades". Os erros são computados aos coletivos indígenas e, além do mais, só houve repasse de informação. A afirmação valida a credibilidade da Funai, mesmo sem nomear algum responsável. Enquanto os registros "desqualificam" os Wajãpi que, como são pessoas indígenas, não conseguem avaliar as ocorrências em suas terras. Parece que a morte não os acometeu, a partir do dito, os/as leitores/as podem supor que indígenas não são confiáveis, não usam localizadores e tantas outras observações podem ser feitas ou reforçadas.

A morte de Emyra Wajãpi

A matéria de Júlia Lindner para o Estadão sobre a morte de *Emyra Wajãpi* abre com uma declaração que diz:

¹⁸ Cf. OLIVEIRA, Joana. 2019. "Procurador não vê indícios de invasão no território Wajãpi, mas não descarta linhas de investigação" *In El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/29/politica/1564423496_345955.html?rel=str_articulo#1567616304179. Acesso em: 31.jul.2019.

[o] presidente Jair Bolsonaro voltou a afirmar que pretende legalizar o garimpo no país, o que inclui a liberação da atividade em terras indígenas. A declaração ocorre após indígenas relatarem invasão de garimpeiros em reserva da etnia Waiãpi, no Amapá. O presidente também disse que não há indícios fortes de que o cacique Emyra Wajãpi, encontrado morto na semana passada com sinais de facada, tenha sido assassinado. (Estadão, 30.jul.2019)¹⁹

No corpo da matéria não há referência alguma sobre o significado da morte do cacique *Emyra Wajãpi* para a organização política do grupo. Pelo contrário, ao reproduzir as falas do presidente, a jornalista se responsabiliza por repercutir o racismo e o ódio devotado aos povos indígenas, além de reafirmar que os povos indígenas não são capazes de compreender o contexto, pois,

[e]sses territórios que estão nas mãos dos índios, mais de 90% nem sabem o que tem lá e mais cedo ou mais tarde vão se transformar em outros países. Está na cara que isso vai acontecer, a terra é riquíssima. Por que não legalizaram indígena em cima de terra pobre? Não existe. Há um interesse enorme de outros países de ganhar, de ter para si a soberania da Amazônia, disse o presidente... (Lindner, 2019)

O uso da figura pública, da autoridade constituída é recurso jornalístico rotineiro. Nesse caso o que não se aplica é de que as credenciais do cargo são suficientes para informar e ainda que o desconhecimento e o desrespeito do governante sejam assustadores, essa, de acordo com a norma jornalística em vigor, é a notícia.

O povo chora a morte do seu líder *Emyra Wajãpi* que foi esfaqueado, teve os olhos vazados e foi lançado ao rio, como não é assassinato. Os fatos ocorreram a partir da invasão de garimpeiros que muitos afirmam estavam armados e teriam ocupado as imediações da aldeia *Yvytotô*. Obrigando os moradores a se abrigar em outra aldeia vizinha a deles, chamada *Mariry*.

A relação dos povos indígenas com a terra é visceral, mas a terra não pode ser alienada, pois é mãe, provedora e acolhedora do nascimento a morte. As invasões promovem desorganização social e medo, o qual os povos tradicionais desconsideram, pois são denodados na defesa de seus territórios. Será que nós deixaríamos de reclamar de invasores que entrassem em nossas casas e matassem qualquer um/a de nossos/as familiares? Se a resposta é não, então não neguem a humanidade dos

¹⁹ Cf. Lindner, Júlia. 2019. “Não tem nenhum indício forte que esse índio foi assassinado”, diz Bolsonaro ... “ *In Estadão*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/07/29/nao-tem-nenhum-indicio-forte-que-esse-indio-foi-assassinado-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em: 30.jul.2019.

povos indígenas que não mais estão dispostos a derramar sangue por conta de invasões e esbulho territorial.

Pela Antropologia, pelo jornalismo de qualidade e pela humanidade que resta a sociedade, é preciso ler e compreender com “sororidade”, a partir de uma dimensão ética, política e prática, como concebido no feminismo, o *indioguês*. Ao comunicar a invasão os *wajãpi* se reportam ao ultraje do território e a morte é dolorosa para todos os grupos humanos, como alguém pode desconhecer? Será que a morte deve ser alvo de zombaria, parece que a resposta é não, mas ultimamente mesmo os não indígenas são alvo de zombaria por morte de parentes, parece que a morte produzirá armadilhas políticas e acabarei me convencendo que nós os ditos brancos, não temos alma para usar uma expressão *Maku*, divulgada por Jorge Pozzobon (2002)

Que fazer ou propor

Tomando os/as profissionais do jornalismo como formadores de opinião, especialmente ao atuar na Amazônia, a perspectiva deveria ser “... [fundamentalmente reflexiva e participativa, a Comunicação requer uma contínua observação de práticas, análise de conteúdos e identificação de atores e esquemas de interação e disputas típicas da arena pública.” Afinal, “[a] perspectiva da Comunicação é de ordem sistêmica.” (GABAS JÚNIOR, 2013: 5)

A preocupação em “[c]onhecer o que se diz sobre a Amazônia, como se diz e quem diz a partir da utilização dos espaços da mídia, não é um exercício tão recente,” (BELTRÃO, 2013: 9) e o cuidado com as pessoas deveria ser constante, vir em primeiro lugar. Os povos tradicionais devem ser em caso de conflitos dentro de seus territórios e, mesmo fora dos territórios coletivos, com pessoas étnica e racialmente diferenciadas, as fontes primordiais, entretanto ainda se assiste à substituição dos protagonistas, por autoridades que de alguma forma tentam silenciar indígenas e quilombolas.

Ao ignorar, não prestar atenção, descurar ou negligenciar “os cristais de um conflito”, no caso as pessoas, os/as profissionais da mídia revelam nossa condição de colonizados/as e, como tal, incompetentes para desvendar situações que fazem parte do cotidiano da Amazônia. Em tempos sombrios, isso é grave, pois a depender do tom, a matéria permite amenizar a dor e o sofrimento dos povos originários – indígenas – e dos povos transplantados – africanos e descendentes das diásporas – que há 519 anos tem os direitos humanos negados e violados.

O aperfeiçoamento da comunicação é requerido para que a pluralidade das “fontes” entrevistadas se ampliem e componham o mosaico étnico racial da Amazônia abrindo a diversidade e auxiliando a esclarecer muitos conflitos que no mais das vezes caem no esquecimento. É preciso ouvir mais indígenas e quilombolas, afinal se passarmos os olhos, mesmo apressadamente, no noticiário as fontes institucionais e mesmo as empresariais prevalecem nas matérias sobre a

região, os povos tradicionais aparecem após serem ouvidas Organizações Não Governamentais (ONG's) e cientistas. (MORAIS, 2013)

Como mudar o cenário é a questão que nos persegue. E nós, cientistas, que somos formadores de opinião devemos insistir em trabalhar lado a lado com os povos tradicionais e demais protagonistas, pois nós estudamos os fatos, etnografamos a realidade, mas seria incorreto falar por, conceder voz entre tantos outros eufemismos que usamos para escamotear nossa arrogância.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, J. F. “Prefácio” In: BELTRÃO, Jimena Felipe (org.). **Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, p. 9-11, 2013.

BETIM, F. “Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro” In: **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html. Acesso em: 29.jul.2019.

CHAPARRO, M.C. Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. **O xis da questão (blog)**, 2009. Disponível em: oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377. Acesso em: 12 set. 2009.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 371-372.

DONOHUE, G.; TICHEBOR, P.; OLIEN, C. Gatekeeping. Mass Media Systems and Information Control. In: KLINE, G.; TICHENOR, P. (eds.) **Current Perspectives in Mass Communication Research**. Beverly Hills: Sage, 1972.

GABAS JÚNIOR, Nilson. “Apresentação” In: BELTRÃO, Jimena Felipe (org.). **Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, p. 5-7, 2013.

GANS, H. **Deciding what’s news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

HALL, S. *et al.* **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1978.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, F. Uma proposta de um modelo taxonômico para a classificação de fontes de informação. **Observatorio (OBS*)**, 10(4), 180, 2016. Acesso em: 10.set.2019. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542016000500011&lng=pt&tlng=pt.

MCCOMBS, M.E. e SHAW, D.L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra, Livraria Minerva Editora, p. 125-135, 2000.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. **American Sociological Review**. 39: p. 101-112, 1974.

MORAIS, M. L. S. S. A cobertura jornalística sobre a biodiversidade na Amazônia In BELTRÃO, Jimena Felipe (org.). **Pesquisa em Comunicação de Ciência na Amazônia Oriental Brasileira: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, p. 93-160, 2013.

OLIVEIRA, A. da C.; BELTRÃO, J. F.; & VIEIRA, R. C. C. **Constituição do Pará, Povos indígenas e Protocolos de consulta**, a sair em breve, em publicação da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Pará, em obra alusiva aos 30 anos da Constituição do Estado do Pará, no prelo, 2019.

OLIVEIRA, J. “Procurador não vê indícios de invasão no território Wajãpi, mas não descarta linhas de investigação” In: **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/29/politica/1564423496_345955.html?rel=str_articulo#1567616304179 . Acesso em: 31.jul. 2019.

POZZOBON, J. **“Vocês brancos não tem alma” – histórias de fronteira**. Belém: EdUFPA/MPEG, 2002.

SANTOS, R. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHUDSON, M. Por que é que as notícias são como são? **Revista de Comunicação e Linguagens**, 8: p. 7-27, 1998.

SIGAL, L. Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking. Lexington. In: HEATH, D.C. SILVA, L. M. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes: p. 84- 104, 2008.

TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo, Editora Cultrix, 1980.

Recebido em: 16/09/2019 * Aprovado em: 21/11/2021 * Publicado em: 30/12/2019
